

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO EM MÉSZÁROS			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Celeste Deográcias de Souza Bitencourt	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Estudante
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O artigo apresenta uma análise da concepção do filósofo húngaro István Mészáros, sobre as categorias, Capital, Trabalho, Estado e Educação. Adota-se o procedimento da leitura e análise imanente para apreender a matriz ontológica marxiana, com a qual Mészáros aborda essas categorias, e as interações complexas que as envolve. Destaca-se o resgate que Mészáros realiza da perspectiva revolucionária do projeto original de Marx, que aponta para a necessidade, possibilidade e, na atualidade, a urgência histórica da ofensiva socialista, via uma organização internacional da classe trabalhadora para implementar seu projeto hegemônico alternativo ao capital, que implique na extinção do capital, trabalho assalariado e Estado. Procura-se realçar o papel de uma educação para além do capital que contribua no processo emancipatório entendido como a superação da autoalienação do trabalho. Por fim, avalia-se a contribuição teórica de Mészáros para o processo de superação da atual realidade histórico social, na perspectiva da emancipação humana.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Trabalho; Estado; Educação			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The article presents an analysis of the conceptions of the hungarian philosopher István Mészáros concerning the categories Work, State and Education. An immanent analysis is adopted to apprehend the marxian ontological matrix, used by Mészáros to analyse these categories, and its complex interactions. Mészáros emphasises the revolutionary perspective of Marx's original project, which points to the necessity, possibility and historical urgency of the socialist offensive, through an international organization of the working class to implement its hegemonic project against capital, aiming the abolition of the capital, of wage labour and of the State. It is highlighted the role of an education beyond capital, towards the emancipatory process, that is, the overcoming the self-alienation of work. Lastly, it is discussed the Mészáros's theoretical contribution for the process of overcoming the current historical and social reality, in the perspective of human emancipation.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Work, State, Education			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO EM MÉSZÁROS

Apresentação Introdutória

A presente exposição é fruto do estudo em andamento que desenvolvemos a fim de elaboração da tese de doutorado, sobre as categorias, Capital, Trabalho, Estado e suas implicações para a Educação, nas principais obras de Mészáros. Portanto, são notas não conclusivas, muito embora acredite que nem mesmo ao término do doutorado poderão ser totalmente conclusivas. Pois, além da própria processualidade dinâmica do conhecimento, não nos parece possível apreender uma tão vasta obra, que coleciona além dos livros traduzidos no Brasil, artigos e entrevistas. Assim, esse é um projeto de estudo que não pode ser contemplado em apenas quatro anos. Há que considerar, ainda, a complexidade e perspectiva totalizante com que Mészáros, em suas várias obras, aborda diversas temáticas candentes da vida humana, nessa época histórica e desafiadora de “crise estrutural do capital”. Principalmente quando adotamos, como pretendemos, o procedimento marxiano, de uma leitura e análise imanente do texto, como indica-nos e sistematiza Souza Junior (2015).

Sobre o procedimento metodológico marxiano, Mészáros (2002) também se posiciona sobre a “exigência de nos orientarmos pelo *espírito* de sua obra”, de que se deve “desejar entender”, “propriamente entender” e como complementa Chasin (2009, p.25) “fazer prova de haver compreendido” a proposição do autor, para depois criticar. Pois, segundo Mészáros “tornou-se moda, ser crítico de Marx (e de qualquer autor)”, sem antes entender o projeto teórico do autor e “pelo espírito da sua obra”. E a crítica quando couber e no que couber, deve ser feita entendendo o “contexto e as limitações dialéticas vitais de suas afirmações” (MÉSZÁROS, 2002, p. 520) e poderíamos acrescentar, se possível, deve ser propositiva no sentido de superar tais limitações, como o próprio Mészáros (2002) tem proposto: ir para além.

Desconhecemos um autor brasileiro, no campo marxista, que já tenha publicado uma crítica, consistente a Mészáros, que demonstrasse suas insuficiências, incoerências e invalidade de suas teses, que possivelmente possa haver. Por outro lado, é possível citar vários autores¹, que

¹ Além desses, temos conhecimento de outros autores que vem tratando alguns temas específicos da obra de Mészáros, seja em teses, dissertações e artigos produzidos nesta década. Por exemplo, destacamos o pioneirismo de Paniagro (2012) que produziu e publicou sua tese já em 2007 sob o título *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, cujo foco na obra *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição* de Mészáros (2002), propiciou-lhe indicar-nos “as principais teses” dessa “obra densa e provocativa”, que ao ter como “eixo condutor - a incontrolabilidade do capital” – permitiu a Mészáros abordar “os fundamentos da crise estrutural vivida pelo capitalismo contemporâneo, numa tentativa claramente explicitada de contribuir, após Marx, para uma teoria revolucionária de transição ao socialismo” (PANIAGRO, 2012, p.7). A essa, segue-se a dissertação de Caio Antunes, publicada em livro e versa sobre *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*, Antunes (2012).

reconhecem a validade de sua obra monumental e sua contribuição para recuperar o caráter revolucionário original da teoria social marxiana. Por restrição desse espaço, limitaremos a indicar alguns poucos autores, mas que são intelectuais de reconhecido prestígio acadêmico - por suas produções teóricas - e respeitabilidade no campo multifacetado da “esquerda brasileira” - pela atuação prático-teórica na vida social do país. Citamos também, um grande intelectual argentino que desenvolve um intercâmbio acadêmico com as universidades brasileiras.

Entre estes autores, aqueles que reconhecem que Marx desenvolveu uma ontologia do ser social, reconhecem também que essa matriz interpretativa foi inaugurada por Lukács e desenvolvida também por Mészáros. E que, desde sua primeira grande obra de 1970 até a última em 2015, totalizando dezesseis obras, publicadas no Brasil, são todas rigorosamente fundamentadas em Marx, como o mesmo afirma e claramente explicita.

Vamos dar voz a alguns desses autores. Netto (2011, p. 15-16) realça que Mészáros (1993, p. 198-202), entre outros autores, contribuiu “sobejamente” para demonstrar “a inconsistência” das teses que pretendem atribuir um “determinismo” na teoria social de Marx. E que “essas interpretações equivocadas podem ser superadas – supondo-se um leitor sem preconceitos – com o recurso a fontes que operam uma análise rigorosa e qualificada da obra marxiana, por exemplo”, entre outros, “Mészáros (2009, cap.8)”. Novamente Netto (2013, p. 11-13) diz na *Apresentação* que faz de *O conceito de dialética em Lukács*, de Mészáros (2013), que com esta obra, “Mészáros instaurou uma *matriz interpretativa* para o trato do pensamento do filósofo húngaro”. Sendo “sua perspectiva heurística, rigorosamente extraída de Marx (e que, por um lado, a obra de Lukács fecundou e a qual, por outro, Mészáros aprofundou e desenvolveu diferencialmente) (...)”.

Ao parecer de Netto (2011), citado acima, sobre a obra de Mészáros (1993) *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, podemos acrescentar a avaliação de Vaisman (1993), dessa mesma obra, ao constatar que a “amplitude e variedade temáticas são exploradas pelo autor em seu contexto histórico específico, de maneira rica e competente e de acordo com uma perspectiva crítica cuja fundamentação na obra marxiana é claramente explicitada”. Acrescenta que o fenômeno ideológico é reconhecido por Mészáros “em sua *natureza onto-prática*” de acordo, portanto, “com a precisa formulação de Marx em 1857”.

À avaliação de Vaisman (1993) sobre a concepção de Mészáros de ideologia, soma-se o testemunho de Vedda (2011) que também indica-nos da importância do tratamento dado por Mészáros (2004) à ideologia em seu *O poder da ideologia*. Segundo Vedda (2011), nesse livro Mészáros, “não só passou em revista as mais diversas negações ideológicas da ideologia – de Hegel a Merleau-Ponty, de Weber a Aron, de Galbraith e Keynes a Bell – como se ocupou em examinar as antinomias dos modelos de pensamento hegemônicos” da pós-modernidade. Realça ainda que, Mészáros, ao inspirar-se em Marx, vai afirmar que “a natureza da ideologia está marcada pelo

‘imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental [...] com o propósito de resolvê-lo *pela luta*’” (VEDDA, 2011, p. 19 – 20).

Antunes (2002, p. 15-20) faz a *Apresentação* de *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* de Mészáros (2002), como sendo este o “seu livro de maior envergadura e se configura como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital”. Indica ainda que além desta “demolidora crítica do capital”, o autor “realiza uma das mais instigantes, provocativas e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside” e conclui sua *Apresentação*, “lembrando que István Mészáros realiza uma síntese decisivamente inspirada em Marx (particularmente nas magistrais indicações dos *Grundrisse*)” e em *O Capital*.

Tonet (2012, 9-10) ao criticar o que denomina de “tempo de covardia”, por parte da maioria dos intelectuais que passam a considerar como “uma utopia sem fundamento real”, a matriz teórica fundada por Marx desde o século XIX, de que a “razão humana seria capaz de compreender o mundo na sua integralidade e de que a ação humana poderia transformá-lo radicalmente”. E desse modo passam a propugnar que a “verdadeira e única alternativa seria o aperfeiçoamento, a humanização da ordem social capitalista”. Mas, vai dizer também que, felizmente, não são todos os intelectuais que se acovardaram, nem frente às derrotas sofridas pelo movimento emancipatório do trabalho, nem frente à imensidade das tarefas que esse movimento tem que enfrentar em sua urgência histórica. Tonet reconhece a contribuição de Mészáros para esses grandes desafios históricos, teóricos e práticos, ao afirmar que,

há intelectuais que não só proclamam, mas buscam fundamentar, com profundidade e rigor, a possibilidade e a necessidade de superação radical do capital e de toda a sociabilidade que se ergue a partir dele. Entre esses encontra-se um, de enorme estatura intelectual, que teve a coragem de situar-se na linha de frente da luta pelo resgate do instrumental metodológico de caráter radicalmente crítico e revolucionário e pela defesa, racional e rigorosa, do socialismo como forma superior de sociabilidade. Este autor se chama István Mészáros (TONET, 2012, p.10).

Pinassi (2006, p. 10-12) situa-nos a qual matriz teórica Mészáros vincula-se ao destacar que “Mészáros indica a perspectiva ontológica de sua longa viagem pelo universo marxiano e, por meio dela, afirma o sentido concreto e histórico da totalidade – unidade dialética – composta pelo conjunto das peças escritas por Marx, desde a juventude até a maturidade”. Prossegue afirmando que “com esses pressupostos, Mészáros vem se dedicando à composição da mais poderosa crítica marxista contemporânea até aqui desferida contra a ordem sociometabólica do capital”. Ao concluir sua *Apresentação* d’*A Teoria da Alienação em Marx*, de Mészáros (2006) nos diz que

neste belo livro, de suas páginas se origina uma totalidade difícil, mas solidamente construída. Nenhuma de suas partes pode ser considerada monográfica ou atípica

no conjunto da obra, nem Mészáros pretendeu imprimir-lhe qualquer “espécie de novidade” em relação a Marx. A sua relação com ele, com Engels, Lênin, Rosa, Lukács, Gramsci, e tantos outros que o antecederam se inscreve numa perspectiva de superação e de reconhecimento por poder subir-lhes aos ombros e, com isso, ter a oportunidade histórica de enxergar de modo mais complexo, concreto e rico de mediações o horizonte a ser construído. Quem sabe se não poderá seguir-lhes na galeria dos clássicos da teoria da emancipação. Um bom indício nos dá Ítalo Calvino, em *Por que ler os clássicos*: “Um clássico é um livro que vem antes de outros; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia” (PINASSI, 2006, p. 12).

Fechamos com Pinassi (2011) que reafirma em *István Mészáros, um clássico do Século XX*, a originalidade “de suas análises no sentido de uma perspectiva radicalmente emancipatória. Mészáros obstina-se a atualizar o nexos categorial marxiano, o que lhe permite compor a mais aguda e radical crítica do capital desde Marx, constituindo um conjunto de teses polêmicas algumas, instigantes todas elas” (PINASSI, 2011, p. 95-96). Consideramos que as citações acima, desse conjunto de autores, nos fornecem indicações, suficientes e claras, em primeiro lugar, da vinculação, fundamentação, resgate, recuperação e até do desenvolvimento que Mészáros realiza da obra de Marx, em sua radicalidade e perspectiva ontológica, como o próprio Mészáros, reiteradamente menciona e recorre textualmente. Em segundo lugar, não nos parece haver, nas citações, um teor de reprovação, ao contrário, expressam o reconhecimento de sua valiosa contribuição para o revigoramento e vitalidade do pensamento marxiano na atualidade.

Assim, antes de sermos críticos de Mészáros, duvidarmos do caráter revolucionário de sua obra e fazermos críticas ou questionamentos precipitados e, ou infundados, que não se sustentam, quando se faz uma leitura imanente de sua obra, devemos procurar entender e nos apropriarmos de sua obra em sua inteireza e no seu próprio espírito. Devemos evitar fracionar Mészáros, como foi feito com Marx e mesmo com Lukács, considerando-o, ora como filósofo, ou político, ou economista, ou historiador ou sociólogo, e ainda, realizar a ruptura entre a produção “juvenil” e a produção da “maturidade”. Pois, os três teóricos, como filósofos, moveram-se tendo como fio condutor a inquietação de buscar a gênese, o desenvolvimento, a possibilidade e a necessidade de superação do atual processo histórico, da constituição da humanidade do homem.

Um filósofo, que condensa os conhecimentos específicos e analisa o mundo em sua totalidade histórica, dinâmica e contraditória. Um filósofo privilegiado, que não só vivenciou, praticamente, todos os eventos históricos importantes do século XX, mas que se apoiou nos ombros de gigantes como Marx, Lukács, Rosa Luxemburgo e outros, como ele mesmo diz inspirar-se decisivamente. É nestes termos que também a coordenação da Editora Boitempo, que publica seus

livros no Brasil desde 2002, reconhece Mészáros, a ele Jinkings (2015, p.11) refere-se, como um “filósofo no melhor sentido do termo – aquele que ajuda a desvendar o lado oculto do real”.

No entanto, podemos reconhecer, com certeza, que é uma obra “indigesta” para os apologistas do sistema do capital. E que também polemiza com alguns segmentos do movimento socialista internacional, por sua taxativa afirmação de que “apenas alguns partidos muito pequenos proclamam sua fidelidade às idéias socialistas” hoje, e que não houve “e não há país que possa chamar a si mesmo de socialista” (MÉSZÁROS, 2015, p. 187).

A polêmica manifesta-se, também, em sua tese inédita, corajosa, inovadora e que está longe de alcançar alguma unanimidade no movimento socialista, sem dizer junto ao senso comum da sociedade, no tocante às formulações que elabora, sobre a principal experiência socialista do século XX, a revolução soviética de 1917, e ao reexame crítico que realiza da especificidade do sistema do tipo soviético. Mészáros (2002, p.50) caracteriza o modelo soviético como um “sistema do capital pós-capitalista” para ainda sentenciar que “absolutamente nada tinha em comum com o socialismo” original da elaboração marxiana. Embora, o significado histórico que lhe pode ser atribuído e às grandes esperanças emancipatórias que despertou, seu fracasso, segundo Mészáros (2002) comprova a inviabilidade da tese do “socialismo em um só país” e nestes termos, a incapacidade de superar o sistema do capital, de “ir para além do capital”, e transitar para o socialismo.

Assim, considera que a “sociedade soviética pós-revolucionária” configurou-se como uma “sociedade do sistema do capital pós-capitalista”, pois eliminou apenas algumas “personificações do capital” e, ao não demolir todo o edifício, não transitou para o socialismo. Com essa avaliação crítica, polemiza com todas as correntes que atribuem à derrota da experiência soviética, aos apenas desvios burocráticos, ou ao excêntrico poder de Stalin, pelo “culto à personalidade” (polemiza até com Lukács, seu mestre, amigo, respeitado e admirado, como o maior filósofo marxista do século XX, conforme explicita, especialmente nos capítulos 6 a 10, de *Para além do capital: rumo a uma transição socialista* (MÉSZÁROS, 2002, p.327-514) e, percebida por Netto (2013, p. 12) como “severas notações críticas”) e mesmo com aquelas que consideram que houve um “Capitalismo de Estado”.

Após situarmos os fundamentos teóricos metodológicos e contextualizarmos nosso autor, passamos mais diretamente a analisar as temáticas que nos propusemos, sempre a partir da perspectiva de Mészáros, procurando apreender qual sua mirada para as categorias Capital, Trabalho, Estado e suas implicações para a Educação.

Quadro de análise de Mészáros do sistema do capital e do trabalho

Como destacamos acima, Mészáros realiza um retorno a Marx. Ao percorrer o universo marxiano guiado pela perspectiva da ontologia do ser social, que orienta a teoria social marxiana, Mészáros, em *Teoria da Alienação em Marx* (2006), afirma o sentido concreto e histórico da totalidade – unidade dialética, que caracteriza a nova “ciência humana revolucionária” elaborada por Marx. Para nosso autor, Marx esboça-a, *in status nascendi*, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*. Esta concepção pauta-se pela análise do processo histórico, que busca a gênese, a origem da sociabilidade humana, busca a compreensão de como a humanidade se organiza para construir sua existência. Nesse processo, Marx identifica que o Trabalho é uma condição ineliminável da existência humana. O homem nasceu com ele e não sobrevive sem ele.

Para Mészáros é nos *Manuscritos* que essa ciência se apresenta como uma “síntese singular” da realidade social, como uma “vasta e abrangente concepção da experiência humana em todas as suas manifestações”, até então realizada. Segundo Mészáros (2006, p. 21), Marx, ao indicar a “alienação do trabalho como a raiz causal de todo o complexo de alienações” realiza a primeira grande síntese de muitas que formarão um sistema abrangente e coerente de idéias multidimensionais e radicais e ambas advêm da dimensão concreta e histórica por meio da qual Marx construiu a sua crítica aos sistemas filosóficos anteriores. É a partir dessa concepção da realidade, como uma totalidade concreta, que devemos proceder ao conhecimento dessa mesma realidade, na perspectiva indicada por Marx nas *Teses Ad Feuerbach*, de que “os filósofos fizeram até aqui interpretar o mundo, cabe transformá-lo”.

Na captura dessa “ciência”, como práxis revolucionária, para Mészáros (2006) é chave compreender toda a complexidade que envolve o conceito de *Aufhebung*, que em alemão, pode significar transcendência, supressão, preservação, superação ou substituição pela elevação a um nível superior. Pois, a busca da transcendência (como a negação e supressão) da auto-alienação do trabalho em todas as esferas da atividade humana é o núcleo estruturante do sistema marxiano, e sintetiza sua concepção materialista abrangente da totalidade complexa da alienação capitalista, expressa de forma tão poderosa e irreversível no chamado também *Manuscritos de Paris*. Enfatiza que somente no interior do quadro do desenvolvimento histórico moderno como um todo, poderia o conceito de *alienação* – “um conceito eminentemente histórico, - assumir um papel central no pensamento de Marx, como o ponto de convergência de múltiplos problemas socioeconômicos e também políticos, e só a noção de alienação poderia assumir esse papel dentro de seu quadro conceitual” (MÉSZÁROS, 2006, p.73).

Segundo Mészáros (2006, p. 67), Marx ao colocar em “relevo o princípio – *bellum omnium contra omnes* – guerra de todos contra todos – que tem uma implicação fundamental para a alienação” indica que sua atenção já neste momento, centrava-se no caráter contraditório do mundo tal como é praticado pela sociedade burguesa, que divide o homem em um cidadão público e um

indivíduo privado, e separa o homem de seu “ser comunitário”, de si mesmo, e dos outros homens”. Para Mészáros, Marx integra todos esses conhecimentos, no momento em que estende

essas considerações a praticamente todos os aspectos dessa extremamente complexa sociedade burguesa, das interligações entre religião e Estado – encontrando um denominador comum precisamente numa referência mútua à alienação - até as relações econômicas, políticas e familiares, que se manifestam, sem exceção, por meio de alguma forma de alienação (MÉSZÁROS, 2006, p.73).

Mészáros (2006, p. 73) nos indica a grande variedade de termos, que Marx utiliza para designar os vários aspectos da sociedade burguesa alienada, como: divórcio ou separação; divisão ou clivagem; separação ou marginalização; estragar, corromper; perder-se e alienar-se; isolar-se e retirar-se para dentro de si mesmo; exteriorizar, alienar; destruir todos os laços do homem com sua espécie; dissolver o mundo do homem num mundo de indivíduos atomizados e assim por diante. “E todos esses termos são discutidos em contextos específicos que, estabelecem suas estreitas interconexões com *entäusserung, entfremdung e veräusserung*”.

Mészáros (2006) considera que a concepção marxiana da auto-alienação do trabalho abarca e está relacionada com todos os problemas filosóficos básicos, “da questão da liberdade até a do significado da vida, da gênese da sociedade moderna até a relação com a individualidade” e o “ser comunitário” do homem, da produção de “apetites artificiais” até a “alienação dos sentidos”. Até mesmo da concepção “da natureza e da função da filosofia, arte, religião e direito até os problemas de uma possível “reintegração da vida humana” no mundo real, por meio de uma “transcendência positiva” em lugar da *Aufhebung* meramente conceitual da alienação”. Assim, a noção de “trabalho” (*arbeit*), torna-se o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação. O trabalho considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”, como a determinação ontológica fundamental da “humanidade”, isto é, o modo realmente *humano* de existência – como em sua acepção particular, na forma da “divisão do trabalho” capitalista, que o “trabalho” se põe como a base de toda a alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 77).

Mészáros (2006, p. 78) ressalta que os conceitos essenciais da abordagem marxiana da alienação são: “atividade” (*Tätigkeit*), “divisão do trabalho” (*teilung der Arbeit*), “intercâmbio” (*Austausch*) e a “propriedade privada” (*Privateigentum*). Para uma “transcendência positiva” da alienação, é necessário uma superação sócio-histórica das “mediações”: propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho, pois estas se “interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade”. Nosso autor, ressalta que Marx realiza a superação ontológica do idealismo, uma vez que a crítica que Marx faz da alienação é formulada como uma rejeição das *mediações de segunda ordem*. Mas não é uma negação de toda mediação.

Ao contrário, uma rejeição de toda mediação estaria perigosamente próxima do simples misticismo, em sua idealização da “*identidade* entre sujeito e objeto”. Em suas palavras:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho), uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária “mediação de primeira ordem” – como a *forma* específica, *alienada*, desta última. Mas a própria “mediação de primeira ordem” – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Com esta análise pelo itinerário de Marx, vimos surgir a própria elaboração de Mézáros do conceito de “mediação de primeira ordem” e “mediação de segunda ordem”. Sendo que a de “primeira ordem” como em Marx é o trabalho (atividade produtiva) e como tal é o “único fator absoluto em todo complexo” da alienação porque “o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva”. Já as “mediações de segunda ordem” – divisão do trabalho – propriedade privada – intercâmbio são formas alienadas, específicas, historicamente constituídas. “Em conseqüência, qualquer tentativa de superar a alienação deve definir-se em relação a esse absoluto, como oposta à sua manifestação numa forma alienada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Mézáros ressalta a importância de fazermos a distinção entre a “atividade produtiva” como o fator ontologicamente absoluto, a *atividade humana* em geral, em seus aspectos radicalmente diferentes, com a forma historicamente específica, a *forma dada* do trabalho (trabalho assalariado). Pois, se a “atividade é concebida como uma entidade homogênea, então a questão da transcendência real (prática) da alienação é impossível de ser colocada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78-79).

Mézáros consegue expor de forma bastante clara, não só o sentido ontológico que o trabalho adquire para Marx, expresso nos *Manuscritos*, como demonstra que a chamada base material para as questões “espirituais”, não se traduz no chamado economicismo ou reducionismo. Mas implica em complexas mediações entre sujeito-objeto, entre homem e natureza, bem como anuncia vários aspectos que comporão a conceituação de alienação que apresentaremos em seguida.

Assim num processo de trabalho alienado, o “corpo inorgânico do homem” aparece como algo estranhado, externo ao homem e, portanto pode ser transformado em mercadoria. Tudo é “reificado”, e as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo, o indivíduo se coisifica e se mercantiliza uma vez que “seu corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienada. Num processo alienado fica perdida a especificidade do “homem ser o único ser que pode ter consciência de sua espécie – tanto

subjetivamente, em sua percepção consciente da espécie a que pertence, como nas formas objetivadas dessa “consciência da espécie”, da indústria, às instituições e às obras de arte” - e assim ser o “único ser genérico”.

O ser fica, também, reduzido a “mera individualidade que exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é sociais – de auto-realização”, que manifestariam adequadamente sua atividade vital, e lhe daria a consciência de um “ser genérico”, fica completamente perdida, num processo de produção alienado. Nosso autor continua afirmando que, quando Marx protesta contra a alienação, a privatização e a reificação não o faz como um apelo nostálgico ou romântico de um retorno ao “estado natural”. Suas críticas aos “apetites artificiais” etc, não advoga um retorno à “natureza”, mas sim à “plena realização da *natureza do homem*”, por intermédio de uma atividade humana adequadamente *automediadora*.

Essa relação ontológica é perturbada, ainda segundo o autor, pelas mediações de segunda ordem, institucionalizadas como já indicado na forma de divisão do trabalho, da propriedade privada e do intercâmbio capitalista. A atividade produtiva posta como uma “lei natural” cega às exigências da produção de mercadorias destinada a assegurar a reprodução do indivíduo isolado e reificado passa a ser não mais do que um apêndice desse sistema de “determinações econômicas”. A atividade produtiva do homem deixa de ser autoformadora, porque as mediações de segunda ordem institucionalizadas se interpõem entre o homem e sua atividade; entre o homem e a natureza; e entre o homem e o homem.

Ao contrário, por um lado o homem se sente hostilmente confrontado pela natureza porque imposta pelo mercado (*intercâmbio*) e, por outro lado, o homem se contrapõe ao homem de forma estranhada, no antagonismo entre capital e trabalho. A inter-relação original, do homem com a natureza, é transformada na relação entre *trabalho assalariado e capital*. No que concerne ao trabalhador individual a sua atividade que poderia ser autorealizadora é transformada em mera auto-reprodução como simples indivíduo, que mantém vivo apenas seu ser físico. Por isso, “os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem”.

Mészáros demonstra sua firme convicção de que uma superação “adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações de segunda ordem”. E se não desmistificarmos seu caráter de eternidade, (pelo qual sempre se empenhou desde os economistas clássicos, a filosofia idealista, com sua expressão máxima em Hegel, bem como todos os ideólogos burgueses de Rousseau aos da atualidade) “a crítica das várias manifestações da alienação” (na política, no direito, na educação, na religião) está destinada a permanecer “parcial ou ilusória, ou

ambas as coisas”. Alerta ainda que atribuir “prioridade às mediações de segunda ordem sobre as de primeira ordem” é inverter as relações ontológicas reais (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Assim que, Mészáros ao realizar o percurso empreendido por Marx pode afirmar que a “alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa *perda do controle*: sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*”. E que nos *Manuscritos de 1844*, Marx ao analisar a alienação indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; à sua própria *atividade produtiva*; à sua espécie, como espécie humana; *de uns em relação aos outros*. Afirma ainda, enfaticamente, que estes aspectos são não uma “fatalidade da natureza” (como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital), mas formas de *auto-alienação*.

A alienação não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a auto-alienação do trabalho”. Assim, para Mészáros, a perspectiva ontológica marxiana afirma o sentido concreto e histórico da totalidade. Alerta-nos que, a crítica marxiana da alienação mantém, hoje mais do que nunca, a sua vital relevância sócio-histórica, ao indicar-nos que,

a grande realização histórica de Marx foi cortar o nó górdio dessas séries mistificadoramente complexas de mediações, afirmando a validade absoluta da mediação de primeira ordem, ontologicamente fundamental (em oposição aos defensores românticos e utópicos de uma unidade *direta*), contra a sua alienação na forma de *divisão do trabalho – propriedade privada e intercâmbio capitalistas*. Essa grande descoberta teórica de Marx abriu o caminho para uma “desmistificação científica”, bem como para uma negação real, prática, do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Portanto, nosso autor, fundamentado em Marx, analisa o Trabalho e o Capital, como categorias históricas que se desenvolvem no movimento da realidade. Analisa o processo de humanização desde a sua constituição pelo Trabalho até o seu desenvolvimento na sociedade burguesa, que “é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção” (MARX, 1859). Cujas “*contradições*” e “*limites*”, que lhe são inerentes, tendem a levá-la “*para além de si própria*” (MARX, apud, MÉSZÁROS, 2002, p. 518). Marx afirma ainda que “as relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção (...)”, assim, “com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana”, pois as “forças produtivas” que se “desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo” (MARX & ENGELS, s/d, p. 302).

Essas contradições antagônicas agudizaram-se nas últimas 40 décadas o que caracteriza, para Mészáros, uma “crise estrutural” que é “então o anúncio geral que *aponta para além da pressuposição e o impulso [Drägen]* que dirige para a adoção de *uma nova forma histórica*” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p. 519). Portanto, é o próprio desenvolvimento objetivo das contradições estruturais do sistema do capital, que coloca a possibilidade e necessidade de sua superação e constituição da “verdadeira história da humanidade”, mas que só se viabiliza pela intervenção humana consciente.

É neste sentido que para Marx, o Capital é uma formação histórica, cuja gênese e origem está circunscrita a uma época histórica, não é intrínseca à “natureza humana. É uma ordem social específica de como produzir e reproduzir a existência humana, não existiu sempre, e não precisa permanecer eterna. Como historicamente tivemos a comunidade primitiva, os modos asiáticos, escravismo, feudalismo, capitalismo, pós-capitalismo (sociedades do “socialismo real”, que é compreendido por Mészáros, como sendo sociedades do sistema do capital pós-capitalista).

Cada um desses modos de existência teve e tem uma estrutura econômica à qual corresponde uma forma de ordenamento, de regulamentar esta ordem, que é pautado ou na tradição ou em normas jurídicas/legais, em órgãos de comando, até à formação do Estado moderno. E todos esses modos possuem um limite último, limites absolutos, sistêmicos, estruturais que não podem ser superados sem desintegrar-se.

Época de decadência e desintegração do sistema do capital via sua crise estrutural

Em Bitencourt (2013), esboçamos o contexto em que o livro *A crise estrutural do capital* de Mészáros (2011a) foi concebido e o fio condutor para a “compreensão dos elementos determinativos mais essenciais”, da sua concepção e análise sobre a crise estrutural. Mészáros esclarece-nos que desde 1970 o sistema do capital, entrou em uma crise estrutural, isso significa dizer que é uma crise na totalidade do sistema, é, portanto, sistêmica, em todas as dimensões da vida humana, e é responsável pela ativação dos limites absolutos do sistema do capital. Identifica que, desde então, a produção é destrutiva dos meios de produção em todos os sentidos, inclusive da vida humana e do substrato natural da vida humana – a natureza - seja por meio da produção destrutiva, seja por meios militares. Considera que para a esfera social, não é indiferente se estamos vivenciando uma crise estrutural ou conjuntural, esta não é uma questão meramente acadêmica. A conceituação adequada se justifica porque traz implicações diretas para o estabelecimento de estratégias para o movimento social. Portanto, saber indicar as diferenças relevantes e cruciais entre uma e outra, se a crise é periódica, conjuntural, cíclica ou estrutural, é um desafio a ser superado.

Procura demonstrar que nada é mais sério que a crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, pois ela afeta a própria estrutura em sua totalidade. Apresenta-nos quatro características da crise estrutural, quatro aspectos principais que definem a novidade histórica da crise atual: primeiro, seu *caráter é universal* – não restringe a uma área particular, setor ou ramo; segundo, seu *alcance* é, de fato, *global* – não está restrito a um conjunto particular de países; terceiro, sua *escala de tempo* é extensa, contínua, persistente, *permanente*; por fim, o quarto aspecto relaciona-se ao seu *modo* de se desdobrar, que poderia ser chamado de *rastejante*, diferente e em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, embora não se exclua as convulsões (MÉSZÁROS, 2011, p.55-56, grifos do autor).

Classifica-a, portanto, como uma “crise de dominação”, pois expõe uma “contradição fundamental e dinâmica da totalidade” da estrutura de produção econômica e reprodução social do sistema do capital em sua “fase histórica de desintegração”. A crise é de tal profundidade que repercute nas instituições mais fundamentais de controle da sociedade de classes, como a família, a religião e a educação. Por conseguinte, sua natureza não é somente financeira, mas também social, cultural, econômica e política (MÉSZÁROS, 2011a, p. 54-67).

Mészáros, como Marx, considera que o Trabalho é fundante do homem, é ineliminável, enquanto transformação da natureza e produção dos bens necessários à vida humana, então se a natureza está ameaçada, e está, também, a vida humana está. Como expõe-nos Mészáros (2002, 2006, 2007, 2011, 2015) toda essa tenebrosa configuração do mundo atual, é uma construção humana, assim sendo, a grande questão a saber é se a humanidade vai superar o sistema do Capital, e tornar o Trabalho emancipado, para dar continuidade à vida humana, ou se a humanidade terá fim, será destruída junto com o fim do Capital. Por isso, considera atual o lema de Rosa Luxemburgo: *Socialismo ou Barbárie* e acrescenta, “se tivermos sorte”, por considerar que é extremamente grave o grau de destrutividade do atual sistema produtivo.

Mészáros considera que na fase ascendente do desenvolvimento histórico do capital, o necessário processo de expansão e acumulação do capital, pode ser conduzido de modo relativamente imperturbado. Isso muda significativamente, em termos históricos gerais, quando em meados do século XIX, o sistema do capital entra na fase descendente de seu desenvolvimento como um sistema produtivo. Nesta fase passa *imperar o impulso monopolista/imperialista* dos países capitalistas mais avançados para uma dominação mundial militarmente assegurada, e no plano interno, o estabelecimento de uma “indústria de armas permanente”, com as guerras a ela associadas (MÉSZÁROS, 2013, p. 77).

O caráter destrutivo da produção não manifesta-se somente no plano militar, mas também com relação à usurpação cada vez mais destrutiva da natureza por parte da expansão do capital. Essa articulação do sistema do capital trouxe consigo conseqüências amargamente negativas para a

organização internacional do trabalho. Esta fase propiciou a expansão e a acumulação do capital militarista, para alguns países imperialistas privilegiados, mesmo a custa de toda destrutividade de duas devastadoras Guerras Mundiais. A esses desastrosos eventos acresce-se a ameaça de aniquilação total da humanidade, na possibilidade sempre presente, desde a segunda metade do século XX, de uma Terceira Guerra Mundial, juntamente com a perigosa destruição da natureza, que é evidente e inegável.

Estado e Educação - organismos de controle e manutenção: possibilidades de ir *Para Além*

Mészáros tematiza a educação a partir do processo mais amplo de análise do sistema sociometabólico do capital, para tal realiza dois movimentos: o da crítica (negação) e o da proposição (positivo). Em seu processo de crítica ao sistema do capital, Mészáros, pontua, porém que na fase ascendente de seu desenvolvimento este sistema era imensamente dinâmico e, em muitos aspectos, também positivo, e como tal pode produzir utopias educacionais nobres como a *educação moral* de Kant e da *educação estética* de Schiller (MÉSZÁROS, 2007, p. 294 - 295).

Para Mészáros, a educação contribui de forma fundamental, para a consolidação do sistema, através de dois processos. Um pela via da *doutrinação permanente* da maioria esmagadora das pessoas que são submetidas às concepções mais estreitas da “racionalidade instrumental”. Sinaliza que quanto mais “avançada” é a sociedade capitalista, mais é “unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma” e mais se explora as “instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades” [...] para que cumpram seu papel na “perpetuação da sociedade de mercadorias”. O processo de doutrinação a todos impregna com “os valores da ordem social do capital como a *ordem natural* inalterável, racionalizada e justificada pelos ideólogos mais sofisticados do sistema em nome da “objetividade científica” e da “neutralidade de valor””.

Mesmo a educação institucionalizada sendo limitada a alguns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e aplicar-se de maneira discriminatória e elitista, o processo de doutrinação realiza-se com êxito através do processo da “*educação contínua*” das pessoas no “espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da *ordem natural* estabelecida”. Mészáros explicita que a “*educação contínua*” obtem êxito porque as “condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada - ao imperativo de ajustar suas aspirações” em conformidade com o sistema, mesmo porque não podem “fugir à áspera situação da escravidão assalariada” (MÉSZÁROS, 2007, p. 294).

Mészáros qualifica o papel da educação na sociedade dominada pelos imperativos do capital, nos termos de que além da “reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva” não se sustenta. O “complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores*” com os quais os “indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 263).

Assim, Mészáros (2006a, p. 275) sintetiza que numa sociedade capitalista a educação tem duas funções principais: 1 – “a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*”, e 2 – “a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*”. É neste sentido que devemos considerar a crise da educação formal no marco mais amplo da crise estrutural do capital, pois que a “educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo particular suas funções são julgadas de acordo com sua *raison d'être* identificável na sociedade como um todo”.

Sendo assim, a atual crise da educação formal é apenas a “ponta do *iceberg*”. O “sistema educacional *formal* da sociedade não pode funcionar tranquilamente se não estiver *de acordo* com a estrutura educacional *geral* – isto é, com o sistema específico de “*interiorização*” efetiva – da sociedade em questão”. Nesses termos, a manifesta crise das instituições educacionais é em si um indicativo do “conjunto de processos dos quais a educação formal” é apenas uma parte *constitutiva*.

Para Mészáros, a “questão central da atual “contestação” das instituições educacionais estabelecidas não é simplesmente o “tamanho das salas de aula”, a “inadequação das instalações de pesquisa” etc., mas a razão de ser da própria educação”. Insiste em dizer que tal “questão envolve inevitavelmente não só a totalidade dos processos educacionais, ‘desde a juventude até a velhice’, mas também a razão de ser dos instrumentos e instituições do intercâmbio humano em geral”. Portanto, a verdadeira indagação a ser feita é “se estas instituições – incluindo as educacionais – foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 275).

Nesta perspectiva de questionamento dos próprios fundamentos da sociedade como tal e de seus instrumentos e instituições em sua totalidade, inclusive os educacionais, Mészáros (2007, p. 308) insiste que somente a “instituição e a consolidação da alternativa hegemônica do trabalho social ao controle sociometabólico do capital pode oferecer uma saída para as contradições e antagonismos de nosso tempo”. É neste quadro de análise do sistema do capital como um sistema de controle global, que subordina tudo a sua lógica expansionista e destrutiva, mas que é vislumbrado por Mészáros, e já era auto evidente para Marx, como uma contingência histórica que tem a possibilidade e necessidade de ser superado, que Mészáros analisa a educação, tanto em seu papel de reprodutor da atual ordem estabelecida como em seu papel transformador de uma nova ordem social.

Portanto, Mészáros defende e expressa sua firme convicção que para a práxis da “transcendência positiva da alienação”, o conceito marxiano de educação é questão chave. Este coloca-se em “agudo contraste com as concepções atualmente predominantes”, uma vez que estas permanecem “estritamente centradas nas instituições”, e para Marx, a educação “abarca a totalidade dos processos individuais e sociais”. Considera que somente esta “pode oferecer uma solução para a crise social contemporânea, que está se tornando progressivamente mais aguda, e não menos, no campo da própria educação institucionalizada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 28).

Assim, Mészáros dá sua contribuição propositiva, ao elaborar os principais objetivos e características da necessária transformação socialista, ou seja, indica-nos alguns princípios orientadores que devem nortear a elaboração de estratégias viáveis para o futuro próximo e mais distante. Alerta que uma genuína transformação socialista constitui-se numa totalidade estritamente integrada. Assim, esses princípios orientadores “são em certo sentido, *pontos arquimedianos* que sustentam a si mesmos e uns aos outros por meio de suas determinações recíprocas e implicações globais” (Mészáros, 2007, p. 225). Todos têm igual importância, no sentido de que *nenhum* deve ser negligenciado ou omitido.

Tematiza sobre oito princípios orientadores, sendo que a “educação” (perspectivada como “o desenvolvimento contínuo da consciência socialista”) comparece como sendo o oitavo destes, embora a educação nos interessa mais diretamente, os demais serão mencionados abaixo, apenas para visualizarmos a totalidade social em que esta é incorporada. Estes são: 1º - a busca da “irreversibilidade” via à “*completa erradicação* do processo sociometabólico do capital”; 2º - “participação” (“a progressiva transferência do poder de decisão aos “produtores associados””); 3º - “igualdade substantiva” (“a condição absoluta de sustentabilidade”); 4º - “planejamento” (“a necessidade de superar o abuso do tempo cometido pelo capital”); 5º - “crescimento qualitativo em utilização” (a única economia viável”); 6º - “o nacional e o internacional” (“sua complementaridade dialética em nosso tempo”); 7º - “a alternativa ao parlamentarismo” (a unificação das esferas da reprodução material e da política”) (MÉSZÁROS, 2007, p. 226-316).

A concepção de educação como o “desenvolvimento contínuo da consciência socialista” na sociedade como um todo, é um processo complexo. Articula-se como indicado, com todos os outros princípios orientadores do processo de transição socialista, apontados por Mészáros, e sobre o qual podemos, neste espaço, apenas sintetizar que esta concepção afasta-se radicalmente das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo e só pode realizar-se, como diz Marx, “quando se descarta a forma burguesa estreita” e se possa afirmar o “indivíduo social rico” (MARX apud MÉSZÁROS, 2007, p. 86). Esta só pode realizar-se, conforme Mészáros (2007) e retomando o próprio Marx, por meio da “educação concebida como a *auto-educação* radical dos indivíduos sociais, no curso de sua ‘*alteração* que só pode ter lugar em um *movimento prático*, em uma

revolução’”. Somente nesse “processo podem os indivíduos sociais tornar-se simultaneamente educadores e educados”. E com isso superar a “dicotomia conservadora de todas as concepções elitistas que dividem a sociedade em seletos “educadores” misteriosamente superiores e o resto da sociedade consignada a sua posição permanentemente subordinada de “educados”, como realçado por Marx”, em suas teses *Ad Feuerbach* (MÉSZÁROS, 2007, p. 314). Portanto, o processo de uma educação para além das determinações alienantes, desumanizadoras e destrutivas do capital, deve visar, por conseguinte, um processo emancipatório mais amplo de toda a humanidade.

Marx gostava de utilizar-se das metáforas, e algumas delas remetem para os cumes e escaladas, por exemplo, quando indicou que “não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas” (Marx, 1872, s/p). Quiçá não foi esta metáfora de Marx, que inspirou Mészáros (2015), em *A montanha que devemos conquistar*, que traz à luz pontos de sua crítica ao Estado, obra que vem produzindo de forma mais sistemática.

A metáfora da *Montanha*, aplicada a nossa atual realidade sócio histórica, é uma boa metáfora, pois essa, como aquela, constitui-se de imensos desafios, que parecem ser intransponíveis, mas que precisam ser superados, para prosseguirmos, sabendo o que tem lá no cume e para além dele. Pois, mesmo “as montanhas” mais irresistíveis e imensas, podem ser conquistadas. Uma vez que têm sua formação, suas estruturas, suas fissuras, rachaduras, seus metamorfismos. Possui limites absolutos, que ativados pode demolir suas estruturas. Munidos de um conhecimento e instrumentos adequados, também podemos conquistá-la, no sentido de chegarmos ao cume, ultrapassá-la, depois descer e prosseguir com vida repleta de sentido humano libertário.

Nesta obra Mészáros (2015, p. 16) reafirma o Estado como um órgão de comando global do capital, cuja *função vital* sempre foi atuar como *corretivo* das estruturas antagônicas do sistema, “sempre foi a manutenção e também o fortalecimento dos irreprimíveis imperativos materiais de autoexpansão do sistema”. Assim, nosso desafio atual “exige uma crítica radical dos termos de referência fundamentais do Estado”, uma vez que esta modalidade de tomada de decisão afeta a *totalidade* das funções reprodutiva da sociedade. Ainda mais frente à impossibilidade do Estado, como “órgão de controle do capital”, constituir-se em Estado global do capital, para além das rivalidades nacionais, numa era em que o poder do capital se manifesta de forma globalizada.

É nesse sentido que Mészáros emprega a metáfora. Concordamos com Mascaro (2015) que “a montanha a que Mészáros se refere como alvo a ser conquistado não é apenas o Estado e o campo político, mas a totalidade da sociabilidade capitalista”. Constatação que nos encaminha para a necessidade e possibilidade histórica de emancipar o trabalho do próprio sistema do capital, mas que só poderá ser vitoriosa se o Trabalho, em sua totalidade social e de forma organizada

internacionalmente adotar uma *ofensiva socialista*. Ou nos termos de Mészáros, terá que superar o tripé: Capital, trabalho assalariado e Estado. Considerando que este sistema, em sua crise estrutural, pode desabar, implodir-se e junto com ele toda a humanidade, ou pode e deve ser escalado, explodido, superado e construída uma outra ordem social, cujo relevo seja acessível a todos, como o autor nos indica, fundada sobre uma “igualdade substantiva”. Então, até a metáfora, para ser entendida, tem que ser no “espírito do autor” que a elaborou, tem que ser analisada do ponto de vista do autor, da determinada realidade analisada por ele.

Quadro organizacional do Trabalho, da defensiva à ofensiva, rumo à Nova Internacional

Mészáros ao analisar o quadro de descendência do capital, analisa também o quadro da organização do trabalho. Consta que a única saída viável frente a uma crise estrutural é uma mudança estrutural, e neste sentido vem empenhando-se na elaboração dos princípios orientadores de uma teoria da transição socialista, e no quadro organizacional aponta para a necessidade de uma *Nova Internacional* (2013). Considera que assim como a fase descendente do capital, gerou grave crise econômica e social, trouxe juntamente consigo grande efervescência e os levantes revolucionários na década de 1840. É justamente nessa época que surge na cena histórica o antagonista do Capital – o Trabalho. Surge com suas próprias demandas e como sujeito ativo de uma ordem alternativa qualitativamente diferente de reprodução social metabólica e passa a afirmar seu programa na forma de ação organizada e por via de uma articulação internacional vital das demandas do trabalho para o estabelecimento de uma ordem hegemônica alternativa de reprodução social.

Pois a ordem estrutural global do capital só poderia ser superada com êxito por essa via igualmente global da “nova forma histórica” do trabalho. Isto foi claramente enunciado por Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, para a Liga dos Comunistas, fundada em 1847 e permanece válido até hoje. Assim, para Mészáros (2013, p. 74), a necessidade de organização da classe trabalhadora apareceu na agenda histórica no início dos anos de 1850 e permanece, desde aquela época, como um desafio inevitável para as sucessivas gerações.

Segundo Mészáros (2013, p. 75) Marx estava criticamente atento àquela realidade e frente às experiências sofridas naquela época, definiu duas questões fundamentais, em relação à orientação estratégica do movimento emancipatório da classe trabalhadora. Este deveria ter, como primeiro princípio estratégico, uma base mais ampla possível e compatível com seu vital caráter combativo, cujo objetivo geral do movimento socialista organizado, tinha de ser inflexível quanto à superação radical do sistema reprodutivo do capital em sua totalidade (em contraste com a tendência sindical de buscar apenas melhorias salariais). Mészáros (2013) indica-nos que esse ponto foi sublinhado

por Marx em sua importante conferência proferida em junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da recém criada Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, conhecida como a Primeira Internacional, ao dizer:

Os sindicatos trabalham bem como centros de *resistência* contra a usurpação do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma *luta de guerrilhas* contra os *efeitos* do sistema existente, ao invés de, ao mesmo tempo, se esforçarem por transformá-lo ou empregarem, as suas forças organizadas como alavanca para a *emancipação final* da classe operária, isto é, para a *abolição definitiva do sistema do trabalho assalariado* (MARX & ENGELS, s/d, p. 378).

O primeiro e mais geral objetivo estratégico do movimento de massa organizado foi indicado como uma *mudança estrutural radical* no modo de reprodução societal *como um todo*, e que deve efetivamente atacar fundamentos causais do sistema do capital e não apenas seus efeitos. O segundo princípio estratégico apontava para a necessidade de uma orientação e solidariedade totalmente internacionais da organização, ou seja, o sucesso do primeiro objetivo depende da capacidade do trabalho, de fazer frente ao poderio de seu adversário de classe – o capital-dependeria de sua própria ação internacional militante conscientemente coordenada em todos os lugares. Pois, como ressalta Mészáros (2013) os sucessos parciais em algumas áreas limitadas poderiam ser, mais cedo ou mais tarde, revertidos, e até mesmo anulados.

Indica-nos que a Primeira Internacional foi fundada em 1864, no espírito desses dois objetivos estratégicos fundamentais e intimamente interligados, funcionando com sucesso por uma década. Mas a contínua ascensão histórica do capital atuava contra a organização internacional mais ampla dos trabalhadores e acrescida das duas derrotas históricas do movimento socialista internacional - o massacre da Comuna de Paris, reprimida com sangue pelas brutais forças de classe da ordem dominante e o fim da Primeira Internacional - foram extremamente problemáticas e significaram uma reviravolta contra o avanço do movimento internacional da classe trabalhadora.

Essa significativa reviravolta expressou-se na teorização e na prática da social-democracia em perseguir o socialismo por via parlamentar e de forma gradual, cujas conseqüências negativas que emergiam dessa orientação oportunista do movimento da social democracia alemã foi profeticamente denunciada por Marx em sua *Crítica ao Programa de Gotha*. Isto demonstrou da forma mais clara possível o caráter fatídico do ilusório beco sem saída eleitoral no qual embarcou o movimento social democrata no final dos anos de 1870 e seu tegumento nacional/reformista do qual nunca mais se livrou, conforme denunciado também por Engels, que com isso “o *princípio da internacionalidade do movimento operário*”, fora “*completamente renegado*” (2013: 79 - 80).

Assim, podemos constatar que nem a Primeira Internacional e nem as organizações internacionais dos trabalhadores que lhe seguiram, obtiveram sucesso em implementar os referidos princípios estratégicos vislumbrados por Marx, o que acarretou uma redefinição na correlação de forças, por um período histórico bastante longo em favor do capital. Como lições das experiências das Internacionais podemos constatar que a fragmentação e divisão frequentemente prevaleceram nas organizações políticas radicais, militando negativamente contra a esperança da influência crescente. Mészáros constata que “nenhuma das quatro internacionais do movimento dos trabalhadores pode realizar a estratégia marxiana de superar, por meio de uma ofensiva sustentada, o quadro causal do sistema” (MÉSZÁROS, 2013, p. 81 - 85).

Embora esse quadro historicamente desfavorável e a tendência defensiva adotada por parte do Trabalho, Mészáros considera que pela primeira vez na história, o movimento internacional combativo da classe trabalhadora – única alternativa hegemônica factível em relação ao capital – pode ser realizado. Considera que grandes fatores sociopolíticos, que no passado deram força ao capital, e levaram o Trabalho a uma postura defensiva, foram bloqueadas, e assim, impedem a saída anteriormente praticável pelo capital de sua crise de hoje.

Mészáros (2013) considera que o quadro atual de *produção destrutiva* em todos os âmbitos da vida humana, contém uma positividade – porque a *destrutividade* nunca resolveu nada e nunca pôde ou poderia resolver nada por conta própria. Assim, todo sistema produtivo concebível, mesmo o mais poderoso já conhecido na história da humanidade, o *sistema do capital*, tem seus *limites estruturais historicamente intransponíveis*. Com a consumação irreversível da ascendência histórica do sistema do capital, tendo percorrido o seu curso histórico e sem mais territórios restantes para invadir e subjugar em nosso limitado planeta, o imperativo autoexpansionista do sistema de usurpação do capital ameaça diretamente com a destruição o substrato natural da existência humana em si. Esse quadro demanda uma resposta combativa necessária por parte de um movimento de massa historicamente sustentável.

Argumenta, ainda, que um aspecto negativo para o capital hoje, em sua fase descendente, é o fato de estar mergulhado na profunda crise estrutural. Este aspecto traz um grande desafio ao movimento da classe trabalhadora, mas que deve ser considerado em sua positividade. Pois devido ao caráter globalmente interligado do sistema autoafirmativo do capital, suas forças destrutivas, como uma ordem reprodutiva cada vez mais perdulária, só podem ser derrotadas, por meio de uma ação combativa organizacionalmente sustentada por parte do trabalho, cuja *atitude defensiva* que costumou caracterizar o movimento socialista do passado, tem que dar lugar a uma *ofensiva socialista*.

Assim considera que a via reformista está bloqueada, pois não conseguiu realizar a promessa de conquistar uma ordem socialista por meio de minúsculas mudanças econômicas e por via

parlamentar, como foi dolorosamente experimentado pelo movimento operário. Isso reabre a questão de qual via de ação deve ser seguido no futuro, a fim de opor de forma estratégica e sustentável às condições de vida em agravamento dos trabalhadores, mesmo nos países capitalistas avançados. Pois, hoje, mesmo demandas e objetivos mais limitados requerem uma ação combativa radical e organizacionalmente eficaz e dirigidas ao controle estrutural do núcleo do próprio sistema de trabalho assalariado do sistema do capital.

A segunda via bloqueada para o capital – em sua crise estrutural profunda é ainda mais grave: a inviabilidade de resolver os problemas por meio de uma guerra total. Conforme foi tentado por duas vezes, via as duas Guerras Mundiais. Nada pode desbloquear essa fatídica avenida, nem mesmo o aventureirismo belicista do capital. Pois se constitui de uma contradição insolúvel no interior do quadro reprodutivo do sistema do capital. Essa contradição se manifesta por meio da inexorável *concentração e centralização de capital em curso em escala global*, e, por outro, por meio da incapacidade do sistema em produzir a *necessária estabilização política em escala global correspondente – de instituir um “governo global”*, a única coisa que beneficiaria a lógica do capital hoje.

Frente ao bloqueio por estas duas situações objetivas, pelas quais o capital, buscava a saída para suas crises, Mézáros (2013) considera que apenas a alternativa hegemônica socialista pode mostrar uma saída para esta contradição destrutiva, assim, a constituição e operação bem-sucedida de uma *Nova Internacional* não é apenas dolorosamente óbvia, mas também extremamente urgente hoje. Ou seja, uma alternativa histórica organizacionalmente viável que respeite plenamente a complementaridade dialética entre nacional e internacional no nosso tempo histórico.

Nesse quadro, “as apostas históricas a serem disputadas entre capital e trabalho, tornaram-se agora e para o futuro – ou *tudo ou nada*”, eliminando assim a *postura defensiva do trabalho*, que tem que ser relegada irremediavelmente ao passado. Pois, “salvar da destruição as condições elementares da existência da humanidade não pode ser vislumbrado como uma *concessão* a ser outorgada pelo capital sempre cada vez mais destrutivo no controle do metabolismo social”. Assim, que para superar a postura defensiva e adotar uma ofensiva socialista o movimento internacional da classe trabalhadora demanda uma organização compatível com essa tarefa, requer para isso uma *Nova Internacional* (MÉSZÁROS, 2013, p. 87).

Essa deve caracterizar-se por ser *Nova*, com N maiúsculo, como seu adjetivo, não como a Quinta ou a Sexta Internacional, mas a *Nova Internacional*, que rejeite não somente a *postura defensiva*, mas também as *posturas divisionistas*. Deve ser engajada na firme e efetiva negação revolucionária da presente ordem destrutiva do capital, como um sistema global e na constituição de um modo radicalmente diferente de intercâmbio social metabólico entre seus membros e por meio de uma organização estrategicamente viável e consciente no cenário global adequado. Ser

combativa, para superar a defensiva crônica e as prejudiciais divisões internas do movimento operário do passado, por meio de seus princípios operacionais práticos historicamente viáveis e coerência plenamente cooperativa. Deve ainda, constituir-se sob a base organizacional necessária da *igualdade substantiva* de suas partes constituintes, sejam elas organizações políticas estrategicamente articuladas ou inflexíveis movimentos sociais.

A unidade deve ser garantida por meio da adoção de princípios orientadores organizacionalmente viáveis, e não por meio de uma *unidade doutrinária*, respeitando as diferentes circunstâncias históricas e sociais em um cenário *globalmente* variado, que clamam pela adoção de determinações organizacionais diferentes, de acordo com as condições sociais e políticas específicas e as correspondentes alavancas estratégicas. O primeiro e autoevidente requisito é que todos aqueles que organizacionalmente vierem a pertencer à *Nova Internacional* deve abraçar e se identificar com o *princípio geral amplo e o objetivo emancipatório fundamental de uma transformação socialista da sociedade*. Portanto, a criação e o funcionamento combativo da *Nova Internacional* seria o quadro organizacional mais apropriado para enfrentar as desafiadoras condições de nosso tempo (MÉSZÁROS, 2013, p. 88-90).

Das *Reflexões sobre a Nova Internacional*, de Mézáros (2013) é essencial retermos o seu conteúdo, que traz apenas dois princípios orientadores que considera fundamental: ela tem que ser o mais ampla possível, de massa, combativa, internacional e tem que ter como estratégia geral a transformação radical, socialista da sociedade. Ser *Nova*, no sentido de sentar-se sobre essas bases e organizar um novo projeto contemporâneo de organização internacional da classe trabalhadora. Deve referenciar-se no projeto original de Marx, como sendo o maior teórico da emancipação do trabalho, que só se realiza através da erradicação do sistema do trabalho assalariado e, por consequência, do capital e do Estado.

Lembrando que para Mézáros, as organizações, partidos, sindicatos, movimentos sociais, são formas históricas, e estas formas podem ser boas ou ruins para comportar esse conteúdo. As formas podem e devem variar dependendo de cada momento histórico, não guardam em si, nenhum princípio doutrinário. O desafio, posto por Mézáros, ao movimento socialista internacional é o de refletir sobre a viabilidade desse projeto hoje e sobre a necessidade de conclamarmos a classe trabalhadora para o chamamento que Marx fez a 150 anos atrás, e que subscreve o Manifesto Comunista: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”

Considerações finais

Percebemos que o projeto teórico-prático de Mészáros constitui-se como um diferencial quanto ao ecletismo, conformismo e reformismo que impera no movimento internacional da classe trabalhadora. Filia-se entre aqueles que procuram de forma intransigente recuperar e propagar o caráter revolucionário da teoria social de Marx, por considerá-la apta a nos propiciar a compreensão do desenvolvimento sócio histórico e econômico, o que ele chama de “sociometabolismo” ou “produção e reprodução social”. Uma teoria que não é neutra, pois adota o ponto de vista de classe – do proletariado e da classe trabalhadora na sua totalidade, ou em termos categoriais, adota a perspectiva crítica do Trabalho, contra a perspectiva eternizadora e mistificadora do Capital.

Consideramos que a perspectiva ferrenhamente crítica de Mészáros, mesmo frente as mais importantes experiências revolucionárias experimentadas no século XX, diferentemente de implicar o abandono da perspectiva socialista - como a “debandada” que acometeu muitos intelectuais da esquerda - e demonstrar a inviabilidade do pensamento marxiano - como tentaram outros tantos intelectuais -, esse reexame crítico, reafirma a radical proposição marxiana da necessidade de realizar uma revolução social. Condição para a erradicação e superação do sistema de exploração do homem pelo homem ser vitoriosa. Pois, só essa em sua positividade é capaz de reerguer o edifício que deve ser demolido pela revolução política. Que obviamente, constitui-se num primeiro e necessário passo, mas que, pelas próprias limitações intrínsecas à política em sua negatividade, é capaz apenas de negar o poder de comando alheio, e substituí-lo por outro, ainda assim, estranho à totalidade do corpo social. É nesta perspectiva que Mészáros, em suas obras e testemunho de vida, empreende seu vigoroso esforço intelectual. Trabalha na necessária elaboração de uma teoria da transição socialista que rume *Para além do capital* (2002), que orienta e aponta para uma ofensiva socialista para o século XXI, e se materialize numa potente organização internacional, numa *Nova Internacional* (2013), que seja adequada ao “*desafio e fardo (do nosso) tempo histórico*” (2007), cuja tarefa é imensa, do tamanho de uma *Montanha que devemos conquistar* (2015).

Mészáros, em toda a sua produção teórica, reafirma a proposição marxiana de que o socialismo implica uma transformação total e global de todo o edifício societal, em que “os homens devem mudar de cima abaixo as condições de sua existência industrial e política, e conseqüentemente todo o seu modo de ser” (MARX, apud MÉSZÁROS, 2002, p. 215). Transformação essa, que é impossível via reformas e vai mais além do “expropriar os expropriadores”. Segundo a síntese de Mészáros, emancipar o Trabalho implica em demolir todo o edifício, do tamanho de uma “*montanha*”, em seu tripé: Capital, Estado e Trabalho assalariado, que usurpam do Trabalho o seu potencial humano criativo libertador e, nessa perspectiva, uma educação para além do capital, desempenha um papel fundamental.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Apresentação*. In: Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. Campinas, SP: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Caio. *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).

BITENCOURT, Celeste Deográcias de Souza. Resenha: A natureza da crise contemporânea do capital e os desafios rumo a uma alternativa radical na obra de István Mészáros. In.: *Revista Trabalho & Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, n.0 (1996). Belo Horizonte: FaE/UFMG, v.22, n.2, mai./ago.2013. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/issue/view/90/showToc>. Acesso em 10 de jun. 2015.

CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

JINKINGS, I. & NOBILE, R. (Orgs). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

JINKINGS, Ivana. *Prefácio: O despertar da montanha*. In.: MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MASCARO, Alysson Leandro. [Orelha]. In.: A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. (1859). *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concriteconpoli/introducao.htm>. Acesso em 30 de jun de 2015.

_____, (1872) *Prefácio à edição francesa de O Capital: crítica da economia política*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/prefacios/04.htm#i1>. Acesso em 30 de jun de 2015.

MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

_____, *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____, *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. ISão Paulo: Boitempo, 2007.

_____, *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. 2.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____, Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural. In.: *Margem Esquerda*, nº 17, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, Reflexões sobre a Nova Internacional. In.: *Margem Esquerda*, nº 22, São Paulo: Boitempo, 2014

_____, *A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MUSTO, Marcello. Notas sobre a história da I Internacional. In.: *Margem Esquerda*, nº 23, São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, *Apresentação*. In: MÉSZÁROS, István. O conceito de dialética em Lukács. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINASSI, Maria Orlanda. *Apresentação: Pressupostos ontológicos de uma síntese in statu nascendi*. In: Mészáros, István. A teoria da alienação em Marx. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____, *István Mészáros, um clássico do Século XX*. In.: JINKINGS, I. & NOBILE, R. (Orgs). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. As Origens da Ontologia do Ser Social: a questão do Método. In.: In.: *Revista Trabalho & Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, n.0 (1996). Belo Horizonte: FaE/UFMG, v. 24, n.1, .2015. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/issue/current/showToc>. Acesso em 10 de jul. 2015.

TONET, Ivo. *Prefácio*. In. : PANIAGRO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VAISMAN, Ester. [*Orelha*]. In: MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

VEDDA, Miguel. *Sobre o ideal e o ideológico no Lukács tardio*. In.: JINKINGS, Ivana & NOBILE, Rodrigo (Orgs). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.